



## CRISE AMBIENTAL

# Na contramão da sustentabilidade

Especialistas veem com apreensão o país se afastar das metas mundiais para reduzir os efeitos do aquecimento global. Modelo econômico que privilegia exploração de commodities é um dos fatores

» TAINÁ ANDRADE

A manhã seria o dia de celebrar um dos maiores patrimônios do Brasil — o meio ambiente. A realidade, porém, indica que há mais motivos de preocupação do que de festa. Ante as constantes agressões à riqueza natural do país, especialistas avaliam que, em um futuro próximo, pode-se chegar ao “ponto de não retorno”.

Os alertas reafirmam o que foi dito há 30 anos, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). No encontro, 178 chefes de governo compreenderam que a exploração dos recursos da natureza de forma predatória causaria o esgotamento ambiental. Não é o que se tem visto no século 21. O Brasil se comprometeu a reduzir até 2025 ao menos 37% das emissões de gases de efeito estufa e até 2030 entender a porcentagem para 43%.

No ano passado, o país ficou em quarto lugar no ranking mundial de emissões, de acordo com o Think Tank internacional Carbon Brief. Isso ocorreu porque o país soltou na atmosfera um total de 2.160.663.755 toneladas de gases estufa, sendo que 997.923.296 foram provocadas pelo desmatamento, segundo o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), vinculado ao Observatório do Clima.



**Estamos sofrendo consequências pela falta de políticas de proteção ao meio ambiente. Se a sociedade não se mobilizar para pressionar o poder público a ter melhores representantes no Congresso Nacional, as consequências virão mais drásticas”**

**Roberta del Giudice,**  
secretária executiva  
do Observatório do  
Código Florestal

Se o rumo continuar nessa direção, o Brasil ficará cada vez mais distante das metas ambientais do planeta. “No ano de 2020 emitimos, na Amazônia e no Cerrado, 998 milhões de toneladas de carbono só com o desmatamento. Isso tem um impacto muito grande para o Brasil alcançar as metas. Temos uma meta de restauração que é incipiente com os números que temos hoje, do jeito que caminhamos não alcançaremos a meta de restauração que tínhamos proposto”, lamenta Roberta del Giudice, secretária executiva do Observatório do Código Florestal.

Diante do mundo, o Brasil desliza das prioridades em relação ao meio ambiente. A União Europeia, por exemplo, conseguiu, em 2017, reduzir as emissões em quase 22%. Com isso, a meta estabelecida em 1990 foi batida três anos antes do previsto. O bloco pretende chegar a uma redução de 55% das emissões de gases com efeito de estufa até 2030. Para isso, construiu uma legislação estratégica que abarcou setores-chave da economia.

Na conferência mundial COP26, realizada no ano passado, o então ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, se comprometeu a reduzir em 50% as emissões de gases de efeito

estufa até 2030 e conquistar a neutralidade até 2050. A diferença da promessa brasileira para a europeia começa quando a auto-ridade nacional não detalha como isso será feito.

“No Acordo de Paris, se falava em 28% de redução de emissões em energias, falava-se em metas relacionadas à recuperação florestal, em 12 milhões de hectares de florestas, 15 milhões de hectares de pastagens reformadas para intensificar a redução de emissões, por exemplo”, pontua Beto Mesquita, membro da Coalizão Brasil, clima, florestas e agricultura, diretor de Políticas e Relações Institucionais do BVRio e fundador do Diálogo Florestal. “Isso basicamente desapareceu nesse segundo compromisso. A gente está patinando nessas metas, fazendo um malabarismo junto ao cenário internacional. Internamente há um desmantelamento das políticas públicas e das ações que efetivamente tragam impactos na redução do desmatamento e na redução das emissões”, acrescenta.

### Matriz econômica

Além da negligência do poder público com a pauta ambiental, especialistas criticam o modelo econômico criado para o desenvolvimento do país.

De acordo com Carlos Eduardo Young, professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Brasil optou, muito antes da ascensão de Bolsonaro, pela reprimarização, que tem a desindustrialização como contrapartida.

Isso significa que o país abriu espaço para o enraizamento dos setores primários como combustível econômico. “Começamos a observar a diminuição da indústria e maior dependência dos setores primários exportadores. Isso não é apenas o agronegócio, mas também a mineração. A competitividade desses setores é através do custo mais baixo de produção, o que significa eliminação de restrições, inclusive ambientais. Nesse cenário, o elemento chave é diminuir o custo e a política ambiental é vista como um entrave”, explica. Para Young, trata-se de uma lógica predatória na qual expansão de negócio não significa desenvolvimento, mas enriquecimento de poucos. O resultado dessa dinâmica econômica é a exclusão social, que se desdobra em dois problemas maiores: o desemprego e a qualidade da ocupação, que gera a informalidade em dois formatos, com trabalhadores assalariados sem carteira e que trabalham por conta própria. “Os dois setores que mais

### Marcas da destruição

As emissões de gases de efeito estufa no Brasil são as maiores responsáveis pela degradação ambiental, com resultados climáticos importantes. Em escala mundial, as emissões de energia — ou seja, a queima de combustível fóssil realizada por automóveis, queima de diesel, eletricidade, entre outros — são os maiores obstáculos para frear o aquecimento global.



No Brasil, os danos ambientais estão relacionados ao desmatamento e à expansão agropecuária. Essa atividade econômica, quando ocorre de maneira danosa ao meio ambiente, provoca emissões de metano bovino e utiliza fertilizantes que emitem gases de efeito estufa.

### Veja o percentual de cada atividade nos impactos sobre o meio ambiente



Em 2012, com as mudanças realizadas no Código Florestal brasileiro, houve uma nova aceleração das emissões de gases de efeito estufa. Enquanto o desmatamento avança de maneira acelerada, os danos provocados pela agropecuária permanecem relativamente estáveis.

### Uso das terras e florestas



### Agropecuária



Fonte: Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), vinculado ao Observatório do Clima

chamam a atenção nesse sentido é a produção agrícola para exportação e a exploração mineral. O agro está cada vez mais desempregador. O IBGE apontou redução em torno 3,5 milhões de ocupações das atividades de cultivo e agropecuária de 2000 a 2019. O extrativismo mineral não diminuiu, mas emprega pouco”, compara o especialista. “(Esse modelo)

gera desemprego. Não é coincidência o Brasil atravessar o período mais longo de período crônico. Em contraste com a agricultura orgânica que tem uma capacidade maior de gerar ocupação. Não tem como imaginar que apostar em mais do mesmo vai fazer a gente sair disso”, argumenta.

A saída para a encruzilhada criada, na visão de Roberta del

Giudice, é a sociedade passar a questionar sobre quem se beneficia com esse cenário e, a partir disso, se mobilizar. “Estamos sofrendo consequências pela falta de políticas de proteção ao meio ambiente. Se a sociedade não se mobilizar para pressionar o poder público a ter melhores representantes no Congresso Nacional, as consequências virão mais drásticas”, conclui.

## CLIMA EXTREMO

### Tragédia em Pernambuco deixa 128 mortos

» ISABEL DOURADO\*

As buscas por vítimas dos deslizamentos em Pernambuco foram encerradas, ontem, em Camaragibe, o corpo da última pessoa dada como desaparecida: Mércia Josefa do Nascimento, de 43 anos. Assim, chega a 128 o total de mortos, entre os quais 32 crianças, pela tragédia provocada por chuvas torrenciais no estado.

“Hoje (ontem), encerramos as buscas pelas pessoas desaparecidas. Quero prestar minha solidariedade aos familiares das 128 vítimas e informar que estamos decretando luto oficial de três dias, em memória dessas pessoas”, disse o governador Paulo Câmara (PSB), por meio de nota oficial.

Câmara anunciou ter enviado um projeto de lei à Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) que prevê o pagamento de uma pensão por morte para os familiares das vítimas, além de outro projeto para pagar um auxílio de R\$ 1.500, em parcela única, para a população desabrigoada e desalojada. O governador não detalhou valores da pensão especial ou por quanto tempo o benefício será pago. De acordo com ele, a intenção é de que os repasses sejam feitos ainda neste mês.

Por sua vez, o prefeito do Recife, João Campos (PSB), disse que aumentará o valor do auxílio destinado a desabrigados e desalojados: de R\$ 1.500 para R\$ 2.500, pago em parcela única. O gestor também anunciou a elevação de 50% no valor do auxílio-moradia na cidade, passando de R\$ 200 para R\$ 300.

João Campos informou que pediu ao governo federal a liberação de recursos para reduzir os impactos da tragédia. Até agora, R\$ 74 milhões foram autorizados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento e R\$ 300 milhões para obras de urbanização de áreas de risco.

### Monitoramento

A sociedade civil tem criticado a falta de ações dos governantes para tentar evitar ou minimizar esse tipo de tragédia. Especialistas expõem o corte nos orçamentos de programas que acompanham deslizamentos e outros desastres naturais.

É o caso de nove equipamentos que foram instalados em 2016 pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) para acompanhar em tempo real deslizamentos de terra e que estão parados desde janeiro de 2018 por falta de verba para a manutenção.

O Cemaden foi criado em 2011, após as chuvas que deixaram mais de 900 mortes na região serrana do Rio de Janeiro. O orçamento era de 90 milhões em 2012. No entanto, ao longo dos anos, o investimento foi sendo reduzido. Este ano, estava em 23 milhões.

Na visão do engenheiro especialista em geotecnia Ricardo Mirisola, o Brasil carece de políticas públicas para remediar desastres naturais. “Em Pernambuco, tem o Cemaden que monitora esses riscos, e eles deram um alerta para a Defesa Civil, mas foi um ou dois dias antes. O problema é que a gente não tem políticas públicas ativas. Nesse caso, eles fizeram o que podiam fazer. O risco de deslizamento era iminente”, ressaltou.

\*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa